

Sumário

A figura admirável de Theotonio Negrão	13
Apresentação.....	15
Prefácio.....	17
Capítulo I – Considerações iniciais.....	19
1. O escopo da obra	19
2. Um erro de interpretação muito comum.....	24
3. A necessidade de critérios seguros para se identificar, no caso concreto, a espécie ou natureza jurídica da postulação	26
4. Por que falamos de demandas e de recursos?.....	29
5. Razões axiológicas para o regime jurídico proposto	33
6. Plano da obra	35
Capítulo II – Análise conceitual de “ato postulatório”	37
7. Conceito de ato postulatório.....	37
8. Requerimentos simples vs. atos postulatórios argumentativos.....	42
9. Sentidos abstrato e concreto da expressão “ato postulatório”	44
10. Estrutura lógica	47
11. Espécies.....	50
12. Forma vs. conteúdo	53
13. Análise da ação de postular	56
14. Forma, procedimento e formalidades: esclarecimentos terminológicos	60
15. O <i>nomen juris</i>	61
16. Síntese do capítulo	62
Capítulo III – A identificação dos atos postulatórios: nome, forma ou conteúdo?.....	64
17. Identificação, admissibilidade e mérito: três juízos sucessivos	64
18. “As palavras e as coisas”.....	66
19. O ato jurídico e seu <i>nomen juris</i>	69
20. O conteúdo e a identificação dos atos postulatórios.....	74
21. A identificação dos atos recursais.....	80
22. A fungibilidade entre recursos no Código de Processo Civil de 1939.....	81
23. O <i>nomen juris</i> e a identificação dos recursos na doutrina.....	86
24. O <i>nomen juris</i> e a identificação dos recursos na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.....	94

25. Identificação dos atos postulatórios a partir da pretensão deduzida	106
26. A situação de gravame combatida e a identificação da espécie postulatória.	111
27. Do juízo de identificação ao juízo de admissibilidade	114
28. Subsunção do ato a mais de uma espécie jurídica (i.e.: subsunção a mais de um consequente normativo): uma exceção	115
29. Síntese do capítulo	116
Capítulo IV – A manifestação de vontade na escolha das espécies postulatórias	117
30. A postulação como ato jurídico <i>stricto sensu</i>	117
31. A relação biunívoca entre fins e meios e a interpretação do ato postulatório	125
32. Desconexão entre o <i>nomen juris</i> , a forma e o conteúdo do ato	128
33. O princípio de não presunção dos atos dispositivos	130
34. Manifestações do princípio no ordenamento jurídico brasileiro	131
35. Manifestações do princípio no direito estrangeiro	136
36. “Quem quer o fim, quer o meio”	141
37. Identificação da espécie postulatória e contraditório: proteção às expectativas processuais das partes	148
38. Escolha de meio inadequado (falta de cabimento-adequação)	150
39. Pluralidade de meios conducentes ao mesmo fim (inexistência de relação biunívoca entre os meios e o fim)	153
40. Incerteza no sistema, liberdade negativa e pluralidade de meios conducentes ao mesmo fim	156
41. Espaços de liberdade postulatória – positiva e negativa – e a chamada “fungibilidade de meios”	163
42. Síntese do capítulo	164
Capítulo V – Falsas hipóteses de inadequação dos atos postulatórios: <i>errores in nomine</i>	166
43. Introdução	166
44. ADI vs. ADPF, Mandado de Segurança vs. <i>Habeas Corpus</i>	167
45. Embargos à execução, impugnação ao cumprimento de sentença e ações autônomas de impugnação à execução	173
46. Embargos à execução / Impugnação vs. “Exceção de pré-executividade”	179
47. “Exceção de pré-executividade” e defesas substanciais	183
48. Embargos à execução / Impugnação vs. Embargos de terceiro	188
49. Defesa do executado no cumprimento de sentenças condenatórias a obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa	195

50. Mandado de segurança contra ato judicial vs. agravo de instrumento	199
51. Meios para atribuição de efeito suspensivo a apelação que não o possua: agravo de instrumento vs. ação / medida cautelar.....	205
52. Apelação vs. agravo de instrumento.....	213
53. Agravo de instrumento vs. apelação.....	217
54. Agravo de instrumento: preclusão para o juiz quanto à questão decidida?	220
55. Agravos de instrumento intempestivos: hipóteses de conhecimento.....	224
56. Síntese do capítulo	232
Conclusões	235
Referências	241